



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 919/1984

Que concede incentivos a empreendimentos ligados ao Turismo.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incrementar o desenvolvimento do turismo e o acréscimo de área de lazer no município, concedendo reais vantagens às empresas do ramo de hotéis, hotéis-fazenda, colônias de férias e similares, estabelecidas ou que venham a se estabelecer em Passa Quatro.

Parágrafo único. Para a concretização dos objetivos deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção de tributos municipais.

Art. 2º A isenção tributária em favor das empresas do ramo compreende os seguintes tributos municipais:

- I – Imposto Predial;
- II – Imposto Territorial Urbano;
- III – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV – Taxa de Licença para localização;
- V – Taxa de Funcionamento;
- VI – Taxa de Licença para Execução de Obras.

Art. 3º Os benefícios a que se refere o art. 2º serão concedidos, desde que se obedeça a seguinte relação ao prazo de isenção e quanto ao valor do investimento:

- I – investimentos de até 10.000 (dez mil) ORTN: cinco anos de prazo;
- II – investimentos de 10.001 a 30.000 ORTN: sete anos de prazo;
- III – investimentos de 30.001 até 50.000 ORTN: dez anos de prazo;
- IV – Investimentos acima de 50.001: quinze anos de prazo.

Parágrafo único. A isenção será concedida a partir da data do efetivo início da atividade do estabelecimento.

Art. 4º Os incentivos deverão ser requeridos pelos interessados, devendo o requerente ser acompanhado dos seguintes documentos:



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I – prova da constituição da empresa, que deverá estar inscrita ou registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;

II – prova do capital subscrito;

III – previsão de faturamento no primeiro ano de atividade;

IV – número de empregados no início da atividade;

V – prova de inscrição na Prefeitura Municipal, para o exercício da atividade;

VI – aprovação do Projeto pela Prefeitura.

Parágrafo único. O requerente será dirigido ao Chefe do Executivo Municipal.

Art. 5º Os benefícios previstos na forma desta Lei poderão beneficiar as empresas do ramo já instaladas no Município, nos casos de ampliação e ou expansão devidamente planejadas.

Art. 6º - Para a instalação de novas empresas do ramo ou ampliação das já existentes no Município, a Prefeitura poderá contribuir com os serviços de terraplanagem e outros serviços de máquinas, indispensável à construção de prédios, piscinas, escritórios, salões e outras dependências próprias para a finalidade.

Parágrafo único. Qualquer outra colaboração da Prefeitura ficará a critério do Prefeito, que examinará as possibilidades de atendimento, em cada caso.

Art. 7º Os benefícios fiscais previstos nesta Lei aproveita somente ao contribuinte direto, sujeito passivo, da obrigação tributária, não se estendendo, sejam quais forem as formas e ou as circunstâncias, a terceiros, ainda que eventualmente.

§1º A isenção do tributo municipal especificado no item I do artigo 2º desta lei beneficiará os interessados somente após a aprovação dos projetos de construção e início das obras.

§2º Com a apresentação de plantas e projetos de construção para a instalação e ou ampliação da atividade, requererá o interessado a isenção da taxa de licença para a execução das obras.

§3º A paralisação das obras por mais de seis meses implicará no pagamento dos impostos devidos durante o período de interrupção.

a) o Prefeito baixará decreto regulamentador deste parágrafo.

Art. 8º A manutenção, pela Municipalidade, dos benefícios às empresas que gozarem das vantagens previstas no art. 2º, ficará condicionada ao regular e permanente funcionamento delas.

§1º Verificando-se, a qualquer tempo, que a empresa beneficiária não está a cumprir as metas a que se propôs, ser-lhe-á sustado o direito ao favor fiscal previsto no art. 2º.

§2º A sustação desses direitos obedecerá às normas administrativas usuais, com processo regulamente instaurado ficando assegurado amplo direito de defesa.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Passa Quatro, 27 de junho de 1984

Joaquim Caetano de Sales  
Prefeito Municipal

Pedro Mossri  
Secretário